



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1005485-85.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Terezinha Maria da Silva**
 Requerido: **BANCO PAN S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afirmando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

O réu é revel
 Citado pessoalmente (fl. 28), não ofertou contestação (fl. 30), reputando-se em consequência verdadeiros os fatos articulados pela autora (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Como se não bastasse, os documentos de fls. 18/19, respaldam suficientemente a versão exordial.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Todavia, a restituição não se dará em dobro.

A propósito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que *“a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor”* (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. RAUL ARAÚJO, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de sorte que a não terá aplicação a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

aludida regra.

Já os danos morais também restaram caracterizados.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) bastam para estabelecer a convicção dos desgastes a que foi exposta a autora com quando vê seus proventos sofrerem descontos indevidos.

Isso a afetou como de resto afetaria uma pessoa mediana que estivesse em seu lugar, não tendo a ré ao menos na espécie dispensado à autora o tratamento que lhe era exigível e dando, portanto, margem a danos morais passíveis de reparação.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para:

a) Declarar a inexistência do débito tratado nos autos, relativamente ao contrato 0229015139061;

b) Condenar a ré a ressarcir à autora o equivalente a cada débito efetuado em seu benefício referente ao contrato 0229015139061, comprovados documentalmente em cumprimento de sentença, com atualização monetária desde a data de cada pagamento, e juros mora de 1% ao mês desde a citação;

c) Condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, e juros de mora de 1% aos mês a partir desta data.

Torno definitiva a decisão de fls. 21/22, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 03 de setembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA